

NOTA PÚBLICA EM DEFESA DA SANÇÃO INTEGRAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.061/2024

À SOCIEDADE BRASILEIRA, ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, MOVIMENTOS SOCIAIS, ENTIDADES AMBIENTALISTAS E À OPINIÃO PÚBLICA

Nós, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos, associações comunitárias e entidades de assessoria popular, vimos a público solicitar a solidariedade e o apoio de toda a sociedade brasileira para um momento decisivo na defesa dos direitos das comunidades rurais e tradicionais da Paraíba.

O QUE ESTÁ EM JOGO

A Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou, em 18 de junho de 2026, o Projeto de Lei nº 2.061/2024, de autoria da Deputada Cida Ramos. O projeto estabelece uma distância mínima de 1,5 quilômetro (1.500 metros) entre aerogeradores de parques eólicos e edificações de uso público, coletivo e privado — como escolas, postos de saúde, igrejas, residências e centros comunitários.

Agora, o projeto aguarda a sanção do Governador do Estado da Paraíba. Trata-se de uma oportunidade histórica para o estado se tornar referência nacional na proteção das populações afetadas pela expansão da energia eólica.

PORQUE ESSE PROJETO É URGENTE E NECESSÁRIO

A expansão dos parques eólicos no Nordeste tem sido acompanhada por sérios conflitos socioambientais. Em muitos casos, famílias rurais, comunidades tradicionais e povos do campo passaram a conviver com aerogeradores instalados a poucas centenas de metros de suas casas.

A ciência já documentou os impactos na saúde: distúrbios do sono, estresse crônico, ansiedade, depressão, perda auditiva, problemas cardiovasculares e doenças psicossomáticas são alguns dos efeitos relatados por comunidades expostas ininterruptamente ao ruído, ao infrassom e às vibrações dos aerogeradores. Estudos da Fiocruz e de universidades brasileiras, citados na Nota Técnica nº 3/2026 do Ministério Público Federal, confirmam essa relação.

Há também impactos sobre a vida animal — queda na produção de leite, problemas reprodutivos e alterações no comportamento dos rebanhos.

Efeitos visuais, como o shadow flicker (cintilação de sombras), também são motivo de desconforto e sofrimento, com projeções intermitentes de sombras das pás giratórias sobre residências e áreas comunitárias.

O projeto não inviabiliza a energia eólica. Ao contrário, garante segurança jurídica e transparência para novos investimentos, protegendo tanto as comunidades quanto os próprios empreendedores, ao reduzir riscos de conflitos futuros e responsabilizações judiciais.

UMA OPORTUNIDADE ÚNICA

Se sancionado, o Projeto de Lei nº 2.061/2024 colocará a Paraíba na vanguarda nacional, sendo um dos primeiros estados brasileiros a estabelecer, por meio de lei, um parâmetro objetivo de proteção das populações frente aos impactos da transição energética.

Isso não é "oposição ao desenvolvimento". É a defesa do princípio constitucional do meio ambiente ecologicamente equilibrado, aliado ao direito à saúde, à moradia digna e à proteção dos territórios tradicionais.

Como afirma a Nota Técnica do MPF: "A definição de distâncias mínimas são fundamentais para evitar o surgimento ou agravamento de danos à saúde em comunidades residentes no entorno desse tipo de atividade."

NOSSO PEDIDO

Neste momento, conclamamos a sociedade civil brasileira, organizações de direitos humanos, entidades ambientalistas, sindicatos, fóruns de defesa territorial, igrejas, universidades e todos os cidadãos e cidadãs comprometidos com a justiça socioambiental a se somarem a esta causa.

Solicitamos:

Que o Governador da Paraíba sancione integralmente o Projeto de Lei nº 2.061/2024, sem vetos que esvaziem seu conteúdo protetivo;

Que a sociedade civil de todo o Brasil se mobilize, enviando mensagens e manifestações públicas em defesa da sanção;

Que a imprensa e os meios de comunicação amplifiquem este debate, dando visibilidade à luta das comunidades paraibanas.

A transição energética será justa quando proteger a vida, a saúde e os direitos de quem vive nos territórios onde ela acontece.

Não ao adoecimento das comunidades rurais em nome do lucro das grandes empresas.

Sim à sanção integral do PL 2.061/2024!

Campina Grande, julho de 2026.

Assinam esta nota as seguintes organizações (conforme constam no manifesto em defesa da sanção, e convidamos outras entidades de todo o país a aderirem):

Movimento de Atingidas e Atingidos pelas Renováveis (MAR)

Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba)

GT de Energias Renováveis da ASA Paraíba

Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba (FETAG-PB)

Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)

Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMT PB)

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema

Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Comissão Pastoral da Terra Nordeste II (CPT-NE2)

Centro de Ação Cultural (Centrac)

Comitê de Energias Renováveis do Semiárido (CERSA)

Ação Social Diocesana de Patos (ASDP)

Associação de Apicultores do Alto Sertão Paraibano (ASPA)

Associação de Lideranças, Organizações, Agricultores e Agricultoras Familiares do Cariri Paraibano (CASACO)

Central das Associações do Município de Cacimbas e Região (CAMEC)

Centro de Formação e Educação Social (CEPFS)

Centro de Educação e Organização Popular (CEOP)

Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar da Região do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano

Instituto Frei Beda

Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAC)

Serviço de Educação Popular (SEDUP)

Serviço Pastoral do Migrante (SPM)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuité

Associação Cultural e Agrícola dos Jovens Ambientalistas da Paraíba (Acajaman)

Associação Civil Projeto Hospitais Saudáveis

Fórum Ong Aids RS

Jubileu Sul Brasil

rep.nazarea

Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras - CPP

Movimento dos Atingidos e das Atingidas pelas Renováveis – MAR

Coletivo Nordeste Potência

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Coletivo de Assessoria Cirandas

Associação de Jovens Engajamundo

Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - CCJS/UFCG - Campus Sousa

Instituto Amazônia TEC

Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

ActionAid Brasil

IP.rec - Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife

Grupo Ambientalista da Bahia - Gambá

Rede Borborema de Agroecologia

Núcleo TRAMAS (Trabalho, Ambiente e Saúde) da Universidade Federal do Ceará.

Universidade Federal de Campina Grande - CCJS

Aurora Lab

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero

Neab-í. Núcleo de Estudos Africanos e dos Povos Indígenas

Comitê de Energias Renováveis do Semiárido - CERSA

Articulação Povos de Luta - Arpolu

Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN

Escola dos ventos

Ventos para Saúde - projeto de pesquisa e comunicação da Fiocruz Pernambuco e da Universidade de Pernambuco (UPE)

Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS)

Rede de Mulheres Ambientalistas da América Latina- Elo Brasil

Imagine 2030

Instituto Internacional ARAYARA

Grupo de Estudos Urbanos e Regionais - GEUR

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS

Universidade Estadual da Paraíba - Polo Sousa

Centro de Voluntariado de Rio Claro-SP

Faculdade Santa Maria – Cajazeiras-PB

Grupo Interdisciplinar de Estudos Coloniais, Pós-Desenvolvimento e Ecologias Ancestrais da UFS (Iyá N'lá)

Fundação Grupo Esquel Brasil

Palmares Laboratório-Ação

Frente Artística Pelo Clima

Instituto Climainfo

Gaia Assessoria e Consultoria

Movimento Nacional de População de Rua do Rio de Janeiro-MNPR/RJ

Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara

Rede Sementes da Agroecologia - ReSA

WWF-Brasil

Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc

Movimento Proparque

SER - Transformação Positiva

ArRepia-Piauí

UFCG

Observatório das Águas

Centro Semear

Associação Alternativa Terrazul

Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda

Instituto Fashion Revolution Brasil

Vale Encantado

Coletivo Conexão pelas Águas

Comitê de defesa do território pesqueiro de Enxu Queimado-RN

Associação comunitária Quilombola de Pitombeira – ASCOMP Várzea-PB

Associação dos (as) Amigos (as) do Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes
- AAMOBEP

Associação de Moradores da RESEX Marinha de Cururupu - AMREMC

Associação de moradores rurais dos sítios Bela Vista e Piabas, zona rural de Queimadas,
Paraíba

Associação do Desenvolvimento Rural do Sítio Guritiba- Queimadas-PB

Grupo rotativo mulheres sítio coelho – Lagoa Seca-PB

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tacima-PB

Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Agricultoras Familiares de Solânea-PB

Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Remígio-PB

Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Queimadas-
PB

Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Arara-PB

Juventude Camponesa de Sossego-PB

Fundo Rotativo Solidário

União comunitária de Equipamentos Sociais – UCES

Associação Comunitária do Bairro Ellery e Monte Castelo – Fortaleza-CE

Movimento Ecumênico

Yasmin Formiga

Ana Livia Fernandes Medeiros

Edilton lima

Kamyla Aires de Araújo Lima Siqueira

Melvin Moura Leisner/UECE

Felipe Agostinho Araújo

Sarah Martins Isac

Francisca Cely Braga Carneiro

Eliane Souza Alves

José de Cavalcanti Albuquerque Souto

Priscylla Maria Florentino Martins

Heloísa Rubenich

Leonardo Vasconcelos Eggers

Laryssa Virgário Pereira de Araújo

Mikaely Rocha e Silva

Brenda Dias Tenório

Jordano Freitas Dantas de Assis

Janini Gertz

Amélia Lucena da Nóbrega

Ellen Moraes

Ingrid Ellen Herculano dos Santos

Agüa Yayu Karirí Tarairiú

Larissa Melo Veloso

Romênia Moura Sousa

Geovanna Caiano Felix Cosmo

Taynara Sabrina Lima

Martina Marzagalli

Francisco Alves Batista